



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **3000036-88.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Daniel de Sousa Lima**
Requerido: **Aymoré Financiamentos e Investimentos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor se volta contra sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito levada a cabo pela ré.

Esclareceu que firmou com ela contrato para o financiamento de veículo e que, não obstante estar em dia com o pagamento das respectivas parcelas a ré injustificadamente promoveu sua negativação.

Almeja à exclusão da negativação e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

A ré em contestação limitou-se a assentar que não praticou qualquer ato ilícito contra o autor, mas não impugnou especificamente as alegações exaradas na petição inicial.

Não se voltou, ademais, contra o argumento de que a negativação do autor aconteceu em face da parcela do financiamento contratado que se venceu em 10 de junho de 2013 e que foi quitada, ainda que com atraso, no dia 25 do mesmo mês.

Não impugnou os documentos apresentados pelo autor, os quais respaldam satisfatoriamente sua explicação.

Dessa forma, é de rigor reconhecer que inexistia lastro à negativação do autor porque a parcela que lhe rendeu ensejo foi pelo mesmo saldada.

O pleito exordial prospera em parte, portanto, para o fim de excluir-se definitivamente essa inscrição.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Solução diversa aplica-se ao pedido para o recebimento de indenização por danos morais.

Mesmo que se reconheça que a negativação irregular cause danos dessa natureza a quem a sofre, os documentos de fls. 28 e 31 atestam que o autor ostenta diversas outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e que ocorreram antes e depois dela.

Atinam a estabelecimentos bancários, instituições financeiras e empresas prestadoras de serviço, não tendo sido impugnadas pelo autor em momento adequado.

Isso inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se acolhe, em consequência, a pretensão deduzida no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência do débito descrito nos autos, tornando definitivas as decisões de fls. 22 e 38.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 13 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA